



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05300004/2022

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUNICÍPIO DE BELÉM**, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.227.641/0001-62, por meio do Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº 055/2021, de 11 de março de 2021, sediado à Avenida Prefeito José Cícero Santa Rosa, 1740, Centro, Belém, Alagoas, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **o menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Municipal nº 19/2020, de 10 de julho de 2020; Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Edital.

Nota explicativa: O Decreto Municipal poderá ser acessado através do Portal da Transparência do Município
(<https://transparencia.belem.al.gov.br/legislacao/leis.php?pagina=3&numero=&ementa=&ano=#inicio>).

- **Abertura das propostas no dia 12 de julho de 2022, às 08h00min;**
- **Início da sessão de disputa pública no dia 12 de julho de 2022, às 14h00min.**
- Local: BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br).

1. DO OBJETO

1.1. **O OBJETO DA LICITAÇÃO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO E OFICINAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL, DESTINADOS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE BELÉM/AL.**

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Em se tratando de procedimento licitatório realizado sob o Sistema de Registro de Preço, cujo instrumento não constitui obrigação para o órgão gerenciador e participantes da licitação pela aquisição do seu objeto, torna-se dispensável a indicação da dotação orçamentária, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

3.1.1. Para participar da licitação se faz necessário prévio cadastro do licitante no sistema **Bolsa Nacional de Compras - BNC**. Para a realização do cadastramento, deverão ser observadas as instruções constantes do Bolsa Nacional de Compras - BNC no endereço: <http://bnc.org.br/sistema/>.

3.1.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.1.3. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras - BNC, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela BNC e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC.

3.1.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.1.5. A Prefeitura Municipal de Belém não se responsabilizará por qualquer tipo de problema que venha a ocorrer no processo de cadastramento e que impeça o licitante de participar do certame.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar do Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4.2. Que não atendam às condições do Edital e seu(s) anexo(s);

4.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.4.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.4.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU - Plenário).

4.5. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto da licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.6. A LICITANTE ENVIARÁ JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, AS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

4.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e no Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes deverão apresentar todos os documentos de habilitação que constem do item 9 deste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

6.2. **JUNTO A PROPOSTA, DEVERÁ SER ENTREGUE A DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE ELABOROU DE FORMA INDEPENDENTE SUA PROPOSTA DE PREÇOS, CONFORME PORTARIA Nº 51, DE 03 DE JULHO DE 2009, DA SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, MODELO NO ANEXO III.**

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. **O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances é de R\$ 0,01 (um centavo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.**

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

- 7.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro;
- 7.16 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.17 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.18 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.19 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, mediante aviso prévio no sistema.
- 7.21 . O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido no Edital e seus anexos.
- 7.22 . Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.23 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 7.24 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.25 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.26 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

7.27 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.28 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.29 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.29.1 no país;

7.29.2 por empresas brasileiras;

7.29.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.30 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

7.31.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados.

7.32 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo aceitável para contratação.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo aceitável, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

8.2.1 Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços total ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4 Na hipótese de necessidade de realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.4.1 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.7 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.8 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no Edital.

8.9 Ao término dos lances, os valores unitários e totais NÃO poderão ser superiores aos valores orçados pela Administração, a qual se encontra disponível juntamente com o Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

9.1.1 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;

9.1.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.1.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.1.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio dos documentos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Todos os licitantes deverão encaminhar, nos termos do Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 Habilitação jurídica:

9.8.1 **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

9.8.2 **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3 **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6 **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7 **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;

9.8.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.3 Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

9.9.4 Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.4.1 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipal relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

9.9.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa (**CPNDT**), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.7 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10 Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.11 Qualificação Técnica:

9.11.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.12 Serão exigidos, ainda, para fins de habilitação, os seguintes documentos:

9.12.1 Declarações da licitante, na forma da lei, conforme disposto no Anexo II.

9.12.2 Certidão atualizada de comprovação no regime diferenciado, expedida pela Junta Comercial, ou Declaração de Enquadramento, quando chancelada pela Junta Comercial, **quando se tratar de ME, EPP ou COOP**, com demonstração das últimas alterações.

9.13 As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de **60 (sessenta) dias**, a partir da data de sua expedição, excetuando-se os atestados de capacidade técnica e Certidão Simplificada da Junta Comercial.

9.14 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.15 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

9.15.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.16 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.17 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.18 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.19 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no Edital.

9.20 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.21 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A PROPOSTA FINAL DO LICITANTE DECLARADO VENCEDOR DEVERÁ SER ENCAMINHADA NO PRAZO DE 2 (DUAS) HORAS, A CONTAR DA SOLICITAÇÃO DO PREGOEIRO NO SISTEMA ELETRÔNICO E DEVERÁ:

10.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso.

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto do Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de, **no mínimo, 30 (trinta) minutos** para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação;

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

15.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

15.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

16 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

16.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

16.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2 A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3 A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4 A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente ano.

16.5 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

16.5.1 Na hipótese de irregularidade, a Contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções e demais cominações legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação das condições de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17 DO REAJUSTE

17.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência.

18 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1 As regras acerca do recebimento do objeto e do acompanhamento e fiscalização do contrato são as estabelecidas no Termo de Referência.

19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20 DO PAGAMENTO

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 21.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 21.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4 comportar-se de modo inidôneo;
- 21.1.5 cometer fraude fiscal;

21.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

- 21.2.2 multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;
- 21.2.3 multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 21.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 21.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.2.6 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3 As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.5 e 21.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 21.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 21.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do município e cobrados judicialmente.
- 21.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

21.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.10A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.11O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

22.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

22.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital.

23.2 As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados por forma eletrônica, encaminhada através da plataforma da BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS www.bnc.org.br.

23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

23.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo sido informada data e horário, ou não continuada a sessão na data e horário informados, o reinício da sessão somente ocorrerá mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as do Edital.

24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, na plataforma da BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS: www.bnc.org.br; no site: <https://belem.al.gov.br/licitacoes> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Licitações à Avenida Prefeito José Cícero Santa Rosa, 1740 – Centro, Belém – AL, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

24.12. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações, no endereço acima descrito.

24.13. Integram o Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

- 24.14. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- 24.15. ANEXO II - DECLARAÇÕES EM GERAL;
- 24.16. ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.
- 24.17. ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- 24.18. ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;

Belém - Alagoas, 28 de junho de 2022.

Lucivan Alexandrino de Barros
Pregoeiro



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. A Intenção de Registro de Preços para Aquisição de Material Pedagógico e Oficinas para Educação Infantil, destinados aos Centros de Educação Infantil do Município de Belém/AL.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

ITEM	QTD	UNID	DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO
01	04	KITS	KIT PRÉ-ESCOLA - MATERIAL PEDAGÓGICO DE USO COLETIVO PARA CLASSE 04 (QUATRO) ANOS: " KIT IMAGENS - DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADOS EM CAIXA/BAÚ, CONFECCIONADO EM PAPEL CARTONADO COM APROXIMADAMENTE 0,50 CM X 0,44 CM E 0,32 CM (A X L X P), COM 06 GAVETAS PLÁSTICAS, COM NO MÍNIMO 35 (TRINTA E CINCO) IMAGENS CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTONADO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 0,14 CM X 0,18 CM (A X L), DOS SEGUINTE TEMAS: "OBJETOS DE ESCOLA"; "OBJETOS DA CASA"; "ROUPAS"; E NO MÍNIMO 30 (TRINTA) IMAGENS CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTONADO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 0,14 CM X 0,18 CM (A X L), COM OS SEGUINTE TEMAS "CONTOS"; "SITUAÇÕES SONORAS"; "OS 5 SENTIDOS"; "OS ROSTOS"; NO MÍNIMO 50 (CINQUENTA) IMAGENS CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTONADO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 0,21 CM X 0,15 CM (A X L), COM OS SEGUINTE TEMAS: "SÉRIES CRONOLÓGICAS"; " SÉRIES CRONOLÓGICAS DE ANIMAIS"; "OS ALIMENTOS"; "OS ANIMAIS". DEVERÁ AINDA CONTER NO MÍNIMO 10 (DEZ) IMAGENS DE PROPORÇÕES MÍNIMAS DE 0,40 CM X 0,52 CM (A X L), COM TEMAS: "CONVIVÊNCIA EM CLASSE", "JOGO DO SAFÁRI", "FUNDO DO OCEANO", "FESTA JUNINA", "ALFABETO DOS ANIMAIS", "PÔSTER DOS NÚMEROS", "SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA", "OBJETOS DA CASA", "ANIMAIS" E "OS 5 (CINCO) SENTIDOS". BEM COMO NO MÍNIMO 2 (DOIS) PÔSTERES DE PROPORÇÕES MÍNIMAS DE 60CM X 80CM (L X A), COM OS TEMAS: "ALFABETO" E "RÉGUA NUMÉRICA" " KIT OFICINAS - O KIT DE OFICINAS: DEVERÁ ESTAR DIVIDIDO EM 6 (SEIS) GAVETAS PLÁSTICAS, EM BAÚ CONFECCIONADO EM PAPEL CARTONADO, COM APROXIMADAMENTE 0,50 CM X 0,44 CM E 0,32CM (A X L X P), DE PROFUNDIDADE, CONTENDO MATERIAIS, TAIS COMO: " OFICINA DE PALAVRAS: CONFECCIONADA EM



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

			<p>PLÁSTICO, CONTENDO 60 LETRAS, DIMENSÕES APROXIMADAS: 3,5 CM X 3,5 CM (A X L); "OFICINA DE TRIAGEM: 30 FICHAS, CONFECCIONADA EM PAPEL CARTÃO COM FORMAS E CORES, E 60 (SESENTA) CARTAS COM TEMA SOBRE O LIXO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 3,5 CM X 3,5 CM (A X L); " CARTELAS DE PAPELÃO DE BINGO: COM TEMAS EDUCACIONAIS (EX: TROCA DE ROUPA E 5 SENTIDOS), DIMENSÕES APROXIMADAS 21 CM X 21 CM (A X L); " BASES DE MADEIRA: PARA ENCAIXE (DIMENSÕES APROXIMADAS: 30 CM X 16 CM (L X A) DE 06 (SEIS) QUEBRA-CABEÇAS; " OFICINA DE LETRAS EM MADEIRA: SENDO O ALFABETO INTEIRO, DEVENDO CONTER APROXIMADAMENTE 52 (CINQUENTA E DUAS) LETRAS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 5 CM X 3 CM (A X L). " OFICINA DE REPRESENTAÇÃO ESPACIAL: 24 PEÇAS EM MADEIRA COM PERSONAGENS DE CONTOS CLÁSSICOS INFANTIS, DIMENSÕES APROXIMADAS 5 CM X 5 CM (A X L); " OFICINA DE RITMO E ALGORITMO: COM APROXIMADAMENTE 72 (SETENTA E DUAS) PEÇAS CONTENDO 03 FORMAS (TRIÂNGULO, CÍRCULO, QUADRADO), NAS CORES DIVERSAS CONFECCIONADOS EM PLÁSTICO, DIMENSÕES APROXIMADAS 03 CM X 03 CM (A X L); " BLOCOS LÓGICOS EM PLÁSTICO, COM APROXIMADAMENTE 60 (SESENTA) PEÇAS EM CORES DIVERSAS, COM FORMATOS GEOMÉTRICOS, DIMENSÕES APROXIMADAS: ENTRE 03 CM E 08 CM (A DEPENDER DO FORMATO GEOMÉTRICO), ACOMPANHA 04 DADOS, SENDO 03 NUMÉRICOS E UM DE COR (TAMANHO PEQUENO). " OFICINA DE ATIVIDADES NUMÉRICAS: CONTENDO APROXIMADAMENTE 36 FICHAS DE ATIVIDADES (CARTELAS EM PAPEL CARTÃO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 25 CM X 9 CM (A X L),) COM APROXIMADAMENTE 76 PEÇAS EM MADEIRA (COM ILUSTRAÇÃO DE ANIMAIS, DIMENSÕES APROXIMADAS 3 CM X 3 CM) E APROXIMADAMENTE 100 FICHAS EM PLÁSTICO (DIMENSÕES APROXIMADAS 3 CM X 3 CM); " OFICINA DE GRANDEZAS E MEDIDAS: CONTENDO APROXIMADAMENTE 24 FICHAS DE ATIVIDADES, ATIVIDADES (CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTÃO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 25 CM X 9 CM (A X L), COM APROXIMADAMENTE 200 CUBOS EM PLÁSTICO EM CORES DIVERSAS, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 2 CM X 2 CM; " OFICINA DE ÁBACO ALGORITMO: CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTÃO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 13 CM X 19 CM (A X L), COM APROXIMADAMENTE 152 PEÇAS DE 5 FORMAS GEOMÉTRICAS E 5 CORES DIVERSAS; " 12 (DOZE) SUPORTES DE PLÁSTICO</p>
--	--	--	--



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

			<p>TRANSPARENTES: DIMENSÕES APROXIMADAS 0,04 CM X 22,5 CM (AX L), PARA SEREM UTILIZADOS COM LETRAS MÓVEIS, FORMAS GEOMÉTRICAS E CUBOS EM PLÁSTICO. “ CAIXA EM PAPEL CARTONADO COM 3 (TRÊS) DIVISÓRIAS: MEDINDO APROXIMADAMENTE: 0,30CM X 0,60 CM E 0,27CM (L X A X P) COM TRIAGEM DE PLÁSTICO; “ OFICINA LOUSAS TRANSPARENTES COM LOUSAS TRANSPARENTES APAGÁVEIS, COM APROXIMADAMENTE 0,30CM X 0,20CM (A X L), FICHAS DE ATIVIDADES MEDINDO APROXIMADAMENTE: 0,30CM X 0,20CM (A X L) E MARCADORES APAGÁVEIS AZUL OU PRETO, MATERIAL TRANSPARENTE; 06 (SEIS) ÁBACOS COM 05 HASTES E 54 (CINQUENTA E QUATRO) PEÇAS, 10 (DEZ) CORES E 10 (DEZ) FORMAS DE PLÁSTICO. “ CANETINHAS – MÍNIMO DE 12 (DOZE) MARCADORES (CANETINHAS) APAGÁVEIS E ATÓXICAS, COM PONTA CHANFRADA, NAS CORES DIVERSAS. COM TAMPA DA MESMA COR DA TINTA. “ GUIA DO PROFESSOR 04 ANOS – O GUIA DO PROFESSOR DEVERÁ CONTER: NO MÍNIMO 09 (NOVE) FASCÍCULOS, COM OS RESPECTIVOS TÍTULOS, SENDO: 02 (DOIS) DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO; 02 (DOIS) DE DESCOBERTA DO MUNDO; 02 (DOIS) DE MATEMÁTICA; 02 (DOIS) DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL E 01 (UM) GUIA PEDAGÓGICO DE FORMAÇÃO DE ORIENTAÇÃO GERAL; (COM INDICAÇÃO DA IDADE); TODOS OS LIVROS SÃO ENCADERNADOS E FASCICULADOS, CLIPE CAVALO, DIMENSÕES APROXIMADAS 29,5 X 21 CM (A X L); “ LITERATURAS E CONTOS – CONJUNTO DE NO MÍNIMO 08 (OITO) LIVROS DE LITERATURAS E CONTOS. INDICAÇÃO PARA 4 ANOS. DIMENSÕES APROXIMADAS ENTRE 18CMX 0,23 E 0,15 X 0,20 CM (A X L), ENCADERNAÇÃO BROCHURA PLASTIFICADA. “ FANTOCHES -DOIS BONECOS MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,30 CM DE ALTURA, SENDO UM MASCULINO E UM FEMININO, CONFECCIONADO SEM TECIDO POLIÉSTER ANTI-ÁCARO, ANTIFÚNGICO E ANTIALÉRGICO, SENDO O BONECO FEMININO COM COLORAÇÃO REPRESENTATIVA AO NEGRO E O MASCULINO COM COLORAÇÃO REPRESENTATIVA AO BRANCO (RESPEITO ÀS ETNIAS). JOGOS PEDAGÓGICOS / EDUCATIVOS – CONTENDO: “ 01 (UM) JOGO DE TABULEIRO MOSAICO GEOMÉTRICO, DIMENSÕES APROXIMADAS 31CM X 21 CM, DO TIPO MAXICOLOREDO OU SIMILAR; “ 01 (UM) JOGO DE PALAVRAS TIPO LÉXICO: DIMENSÕES APROXIMADAS DA CARTELA 12CM X 8CM, CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTÃO, CORES DIVERSAS. “ 01 (UM) JOGO DE TABULEIRO MOSAICO DE CONTAGEM, COM APROXIMADAMENTE 4 PEÇAS EM PAPEL CARTONADO COLORIDO</p>
--	--	--	---



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

			22CM X 32CM (AXL), NO MÍNIMO 56 FICHAS COLORIDAS DE PLÁSTICO, DIMENSÕES APROXIMADAS 3CM X 3CM (AXL) “ 01 (UM) JOGO TIPO BINGO DAS ROUPAS: DIMENSÕES APROXIMADAS DO TABULEIRO 9,5 CM X 9,5 CM (AXL), CONFECCIONADO EM PAPEL CARTONADO, COLORIDO. “ 01 (UM) JOGO TIPO DOMINÓ DOS ANIMAIS: CONFECCIONADO EM PAPEL CARTONADO, DIMENSÕES APROXIMADAS 20CM X 10 CM (A X L), COLORIDO
02	04	KITS	KIT PRÉ-ESCOLA - MATERIAL PEDAGÓGICO DE USO COLETIVO PARA CLASSE 05 (CINCO) ANOS: “ KIT IMAGENS – DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADOS EM CAIXA/BAÚ, CONFECCIONADO EM PAPEL CARTONADO COM APROXIMADAMENTE 0,50 CM X 0,44 CM E 0,32 CM (A X L X P), COM 06 GAVETAS PLÁSTICAS, CONTENDO NO MÍNIMO 35 (TRINTA E CINCO) IMAGENS CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTONADO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 0,14 CM X 0,18 CM (A X L), DOS SEGUINTE TEMAS: “OBJETOS DE ESCOLA”; “OBJETOS DA CASA”; “ROUPAS”; E NO MÍNIMO 30 (TRINTA) IMAGENS CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTONADO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 0,14 CM X 0,18 CM (A X L), COM OS SEGUINTE TEMAS “CONTOS”; “SITUAÇÕES SONORAS”; “OS 5 SENTIDOS”; “OS ROSTOS”; NO MÍNIMO 50 (CINQUENTA) IMAGENS CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTONADO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 0,21 CM X 0,15 CM (A X L), COM OS SEGUINTE TEMAS: “SÉRIES CRONOLÓGICAS”; “ SÉRIES CRONOLÓGICAS DE ANIMAIS”; “OS ALIMENTOS”; “OS ANIMAIS”. DEVERÁ AINDA CONTER NO MÍNIMO 10 (DEZ) IMAGENS DE PROPORÇÕES MÍNIMAS DE 0,40 CM X 0,52 CM (A X L), COM TEMAS: “CONVIVÊNCIA EM CLASSE”, “JOGO DO SAFÁRI”, “FUNDO DO OCEANO”, “FESTA JUNINA”, “ALFABETO DOS ANIMAIS”, “PÔSTER DOS NÚMEROS”, “SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA”, “OBJETOS DA CASA”, “ANIMAIS” E “OS 5 (CINCO) SENTIDOS”. BEM COMO NO MÍNIMO 2 (DOIS) PÔSTERES DE PROPORÇÕES MÍNIMAS DE 60CM X 80CM (L X A), COM OS TEMAS: “ALFABETO” E “RÉGUA NUMÉRICA” “ KIT OFICINAS – O KIT DE OFICINAS: DEVERÁ ESTAR DIVIDIDO EM 6 (SEIS) GAVETAS PLÁSTICAS, EM BAÚ CONFECCIONADO EM PAPEL CARTONADO, COM APROXIMADAMENTE 0,50 CM X 0,44 CM E 0,32CM (A X L X P), DE PROFUNDIDADE, CONTENDO MATERIAIS, TAIS COMO: “ OFICINA DE PALAVRAS: CONFECCIONADA EM PLÁSTICO, CONTENDO NO MÍNIMO 60 LETRAS, DIMENSÕES APROXIMADAS: 3,5 CM X 3,5 CM (A X L); “ OFICINA DE TRIAGEM: APROXIMADAMENTE 30 FICHAS, CONFECCIONADA EM PAPEL CARTÃO COM FORMAS E CORES, E NO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

			<p>MÍNIMO 60 (SESSENTA) CARTAS COM TEMA SOBRE O LIXO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 3,5 CM X 3,5 CM (A X L); " CARTELAS DE PAPELÃO DE BINGO: COM TEMAS EDUCACIONAIS (EX: TROCA DE ROUPA, 5 SENTIDOS), DIMENSÕES APROXIMADAS 21 CM X 21 CM (A X L); " BASES DE MADEIRA PARA ENCAIXE: DIMENSÕES APROXIMADAS: 30 CM X 16 CM (L X A) DE 06 (SEIS) QUEBRA-CABEÇAS; " OFICINA DE LETRAS EM MADEIRA: SENDO O ALFABETO INTEIRO, DEVENDO CONTER APROXIMADAMENTE 52 (CINQUENTA E DUAS) LETRAS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 5 CM X 3 CM (A X L). " OFICINA DE REPRESENTAÇÃO ESPACIAL: COM APROXIMADAMENTE 24 PEÇAS EM MADEIRA DOS PERSONAGENS DE CONTOS CLÁSSICOS INFANTIS, DIMENSÕES APROXIMADAS 5 CM X 5 CM (A X L); " OFICINA DE RITMO E ALGORITMO: COM APROXIMADAMENTE 72 (SETENTA E DUAS) PEÇAS CONTENDO 03 FORMAS GEOMÉTRICAS E CORES DIVERSAS, CONFECCIONADOS EM PLÁSTICO, DIMENSÕES APROXIMADAS 03 CM X 03 CM (A X L); " BLOCOS LÓGICOS EM PLÁSTICO: COM APROXIMADAMENTE 60 (SESSENTA) PEÇAS EM CORES DIVERSAS, COM FORMATOS GEOMÉTRICOS, DIMENSÕES APROXIMADAS: ENTRE 03 CM E 08 CM (A DEPENDER DO FORMATO GEOMÉTRICO), ACOMPANHA 04 DADOS, SENDO 03 NUMÉRICOS E UM DE COR (TAMANHO PEQUENO). " OFICINA DE ATIVIDADES NUMÉRICAS: CONTENDO NO MÍNIMO 36 FICHAS DE ATIVIDADES (CARTELAS EM PAPEL CARTÃO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 25 CM X 9 CM (A X L)), COM APROXIMADAMENTE 76 PEÇAS EM MADEIRA (COM ILUSTRAÇÃO DE ANIMAIS, DIMENSÕES APROXIMADAS 3 CM X 3 CM) E APROXIMADAMENTE 100 FICHAS EM PLÁSTICO COM DIMENSÕES APROXIMADAS 3 CM X 3 CM); " OFICINA DE GRANDEZAS E MEDIDAS: COM NO MÍNIMO 24 FICHAS DE ATIVIDADES, (CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTÃO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 25 CM X 9 CM (A X L), 200 CUBOS EM PLÁSTICO EM CORES DIVERSAS, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 2 CM X 2 CM; " OFICINA DE ÁBACO ALGORITMO: CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTÃO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 13 CM X 19 CM (A X L), 152 PEÇAS DE 5 (CINCO) FORMAS GEOMÉTRICAS E 5 (CINCO) CORES DIVERSAS; " 12 (DOZE) SUPORTES DE PLÁSTICO TRANSPARENTES: DIMENSÕES APROXIMADAS 0,04 CM X 22,5 CM (A X L), PARA SEREM UTILIZADOS COM LETRAS MÓVEIS, FORMAS GEOMÉTRICAS E CUBOS EM PLÁSTICO. " CAIXA EM PAPEL CARTONADO COM 3 (TRÊS) DIVISÓRIAS: MEDINDO</p>
--	--	--	--



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

			<p>APROXIMADAMENTE: 0,30CM X 0,60 CM E 0,27CM (A X L X P), COM TRIAGEM DE PLÁSTICO; " OFICINA LOUSAS TRANSPARENTES: COM LOUSAS TRANSPARENTES APAGÁVEIS, COM APROXIMADAMENTE 0,30CM X 20,5 CM (A X L), FICHAS DE ATIVIDADES MEDINDO APROXIMADAMENTE: 0,30CM X 0,20CM (A X L) E MARCADORES APAGÁVEIS AZULOU PRETO, MATERIAL TRANSPARENTE; 06 (SEIS) ÁBACOS COM 05 HASTES E APROXIMADAMENTE 54 (CINQUENTA E QUATRO) PEÇAS, 10 (DEZ) CORES E 10 (DEZ) FORMAS DE PLÁSTICO; " CANETINHAS - MÍNIMO DE 12 (DOZE) MARCADORES (CANETINHAS) APAGÁVEIS E ATÓXICAS, COM PONTA CHANFRADA, NAS CORES DIVERSAS. COM TAMPA DA MESMA COR DA TINTA; " GUIA DO PROFESSOR 05 ANOS - O GUIA DO PROFESSOR DEVERÁ CONTER: NO MÍNIMO 09 (NOVE) FASCÍCULOS, COM OS RESPECTIVOS TÍTULOS, SENDO: 02 (DOIS) DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO; 02 (DOIS) DE DESCOBERTA DO MUNDO; 02 (DOIS) DE MATEMÁTICA; 02 (DOIS) DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL E 01 (UM) GUIA PEDAGÓGICO DE FORMAÇÃO DE ORIENTAÇÃO GERAL; (COM INDICAÇÃO DA IDADE); TODOS OS LIVROS DEVERÃO SER ENCADERNADOS FASCICULADOS, CLIPE CAVALO, DIMENSÕES APROXIMADAS 29,5 X 21 CM (A X L); " LITERATURAS E CONTOS - CONJUNTO DE NO MÍNIMO 04 (QUATRO) LIVROS DE LITERATURAS E CONTOS. INDICAÇÃO PARA 5 ANOS. DIMENSÕES APROXIMADAS: COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 24,5 CM, X 20,5 CM (A X L) ENCADERNAÇÃO BROCHURA PLASTIFICADA. " FANTOCHES - UM FANTOCHE FEMININO (NEGO) CONFECCIONADO EM TECIDO ANTI-ÁCARO, ANTIFÚNGICO E ANTIALÉRGICO COM MOCHILA. (RESPEITO ÀS ETNIAS). JOGOS PEDAGÓGICOS / EDUCATIVOS " 01 (UM) JOGO TIPO DE LINGUAGEM COM DIMENSÕES APROXIMADAS DA CARTELA 6 CM X 9 CM, CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTÃO, COM ILUSTRAÇÕES DIVERSAS E CARTELA REFERÊNCIA COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 11 CM X 25 CM. DEVERÁ CONTER MANUAL DE UTILIZAÇÃO. " 01 (UM) JOGO TIPO BINGO DOS SENTIDOS; DIMENSÕES APROXIMADAS 10CM X 10CM DA CARTELA CONFECCIONADAS EM PAPEL CARTÃO COM CARTELA REFERÊNCIA PARA O JOGO DE DIMENSÕES 23 CM X 33CM, DEVERÁ CONTER MANUAL DE UTILIZAÇÃO. " 01 (UM) JOGO TIPO QUEBRA CABEÇAS; CONTENDO DUAS PARTES (MASCULINO E FEMININO) COM DIMENSÕES DE APROXIMADAMENTE 36 CM X 20 CM E COM APROXIMADAMENTE 14 PEÇAS CADA E QUE REPRESENTEM PARTES DO CORPO HUMANO COM ROUPA E SEM ROUPAS. " 01</p>
--	--	--	---



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

			(UM) JOGO TIPO DE MEMÓRIAS DOS ALIMENTOS: CONTENDO APROXIMADAMENTE 22 CARTAS COM DIMENSÕES 10 CM X 10 CM COM ILUSTRAÇÕES DE DIVERSOS ALIMENTOS DEVERÁ CONTER MANUAL DE UTILIZAÇÃO. " 01 (UM) JOGO TIPO BINGO DOS NÚMEROS; COM APROXIMADAMENTE 18 CARTELAS DE REFERÊNCIAS COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 12 CM X 27 CM, COM APROXIMADAMENTE 60 PEÇAS DE MADEIRA COM NÚMEROS INSCRITOS E NUMERADAS DE 1 A 30. DEVERÁ CONTER MANUAL DE UTILIZAÇÃO. " 1 (UM) JOGO DAS SÍLABAS; SEMELHANTE A UM LIVRO ESPIRALADO, CARTONADO COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 22 CM X 23 CM COM IMAGENS RELACIONADAS DE ANIMAIS E VEGETAIS COM AS SILABAS. DEVERÁ CONTER MANUAL DE UTILIZAÇÃO.
03	350	KITS	KIT PRÉ-ESCOLA - MATERIAL DO ALUNO DE 04 (QUATRO) ANOS: O MATERIAL DO ALUNO DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADO EM MALETADE PAPEL CARTONADO COM APROXIMADAMENTE 0,37CM X 0,28 CM (A X L), COM ALÇA EM PLÁSTICO, CONTENDO NO MÍNIMO: 02 (DOIS) LIVROS INTEGRADOS E SEMESTRAIS DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO, SENDO: LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO; DESCOBERTA DO MUNDO; MATEMÁTICA; DESENVOLVIMENTO PESSOAL, SOCIAL E UMA LITERATURA INFANTIL - MATERIAL COM ENCADERNAÇÃO, CAPA LOMBADA E SERRILHADO PARA DESTAQUE E ATIVIDADES, PRIMEIRO SEMESTRE COM APROXIMADAMENTE 120 PÁGINAS E SEGUNDO SEMESTRE COM APROXIMADAMENTE 96 PÁGINAS.
04	350	KITS	KIT PRÉ-ESCOLA - MATERIAL DO ALUNO DE 05 (CINCO) ANOS: O MATERIAL DO ALUNO DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADO EM MALETA DE PAPEL CARTONADO COM APROXIMADAMENTE 37CM X 28 CM, COM ALÇA EM PLÁSTICO E FECHO DE ENCAIXE, CONTENDO NO MÍNIMO: 02 (DOIS) LIVROS INTEGRADOS E SEMESTRAIS DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO, SENDO: LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO; DESCOBERTA DO MUNDO; MATEMÁTICA; DESENVOLVIMENTO PESSOAL, SOCIAL E LITERATURA INFANTIL- COM ENCADERNAÇÃO BROCHURA, CAPA LOMBADA E SERRILHADO PARA DESTAQUE DE ATIVIDADES, PRIMEIRO SEMESTRE COM APROXIMADAMENTE 96 PÁGINAS E SEGUNDO SEMESTRE COM APROXIMADAMENTE 96 PÁGINAS.
05	08	KITS	MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO DE USO COLETIVO PARA CLASSE NO ENSINO DE MÚSICA. MATERIAL PARA EDUCADORES QUE INICIAM EXPERIÊNCIA DE ENSINO DE MÚSICA PARA CRIANÇAS. LIVROS COM NO MÍNIMO 50



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

			SUGESTÕES DE JOGOS E BRINCADEIRAS COM PROPOSTAS DE TRABALHO DE ATIVIDADES MUSICAIS, CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS COM MATERIAIS RECICLÁVEIS E PROJETOS MUSICAIS. CD'S COM MÚSICAS E DVD'S PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES E AMPLIAÇÃO DO REPERTÓRIO, COM NO MÍNIMO 20 ATIVIDADES GRAVADAS PARA FACILITAR A COMPREENSÃO DA DINÂMICA DOS JOGOS. GLOSSÁRIO MUSICAL COM OS TERMOS ESPECÍFICOS DA ÁREA. ATIVIDADES VISAM A COOPERAÇÃO E A INTEGRAÇÃO ENTRE OS ALUNOS, OS PAIS, OS PROFESSORES E TODA A COMUNIDADE ESCOLAR.
06	08	KITS	MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO DE USO COLETIVO PARA CLASSE PARA COLABORAR NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL E DESENVOLVER O RACIOCÍNIO. COLEÇÃO DE LIVROS E DVD'S COM TEMAS APRESENTADOS DE FORMA DIDÁTICA E MODERNA ATRAVÉS DE MAPAS CONCEITUAIS, OU SEJA, O ASSUNTO É APRESENTADO CONDUZINDO O ALUNO A UTILIZAR SUA CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO AGUÇANDO ASSIM A CURIOSIDADE NATURAL DA FAIXA ETÁRIA: O QUE? POR QUE? COMO? ONDE? OS TEMAS ABORDADOS EM CADA LIVRO E DVD QUE SE DESTACAM NO PLANO CURRICULAR DO ENSINO: FALAR E ESCREVER - HÁBITOS SAUDÁVEIS CÉU E COSMOS - TECNOLOGIA - INGLÊS - HISTÓRIA - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - MEU CORPO - ESPORTES - ANIMAIS - PLANTAS - MATEMÁTICA. TODOS OS VOLUMES APRESENTAM: GLOSSÁRIO, MAPA CONCEITUAL, GUIA PARA EDUCADORES. PERMITE QUE O ALUNO ADQUIRA O HÁBITO DE CONSULTAR O GLOSSÁRIO PARA ESCLARECER AS DÚVIDAS E, ASSIM ENRIQUECER O VOCABULÁRIO. ESTE HÁBITO GARANTIRÁ A PESQUISA EM DICIONÁRIOS FUTURAMENTE. A OBRA DEVE POSSUIR UMA SEÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE PARA OS EDUCADORES, PROPONDO ATIVIDADES DE REFORÇO PARA CADA UMA DAS UNIDADES QUE COMPÕE CADA TEMA, PARA SER REALIZADA JUNTO COM O ALUNO.
07	08	UNID	ENCICLOPÉDIA COMPOSTA COM 18 VOLUMES: OBRA DE CONSULTA COMPLETA COM TODAS AS PUBLICAÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA DE A A Z, COM MAIS DE 130 MIL VERBETES, FOTOGRAFIAS, DESENHOS, MAPAS E TABELAS, NECESSÁRIOS PARA ACESSAR DE MANEIRA RÁPIDA E CLARA A INFORMAÇÃO DAS DISTINTAS DISCIPLINAS.
08	08	UNID	LIVRO: HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA - PRODUZIDO COM O OBJETIVO DE DIVULGAR E DIFUNDIR CONHECIMENTO, BEM COMO ATITUDES, POSTURAS E VALORES



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

			QUE EDUQUEM CIDADÃOS À PLURALIDADE ÉTNICO-RACIAL. A OBRA FOI ESCRITA POR NEI LOPES, MAIOR AUTORIDADE NESTE ASSUNTO NO BRASIL, E GANHADOR DO PRÊMIO JABUTI, COMO SENDO O MELHOR LIVRO PARADIDÁTICO. É APRESENTADO EM 8 CAPÍTULOS COM LINGUAGEM CLARA, RIGOR NOS CONTEÚDOS, AMPLAMENTE ILUSTRADA, ALÉM DE TRAZER ATIVIDADES EXTRAS.
09	08	UNID	LIVRO “HISTÓRIA E CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL” - CRIADO COM O OBJETIVO DE DIVULGAR E PRODUZIR CONHECIMENTOS E ATITUDES QUE EDUQUEM CIDADÃOS QUANTO À PLURALIDADE ÉTNICO-RACIAL. PRODUZIDO COM A COLABORAÇÃO DOS AUTORES JOSÉ ROBERTO VILLAS BÔAS, CLÁUDIO FIGUEIREDO E CARMEN LUCIA CAMPOS. A OBRA É APRESENTADA EM SEIS CAPÍTULOS COM LINGUAGEM CLARA, RIGOR NOS CONTEÚDOS, AMPLAMENTE ILUSTRADA, ALÉM DE TRAZER ATIVIDADES EXTRAS.
10	08	UNID	LIVRO “CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, AQUECIMENTO GLOBAL E DESAFIOS PARA O SÉCULO 21” , DEMONSTRA COM CLAREZA E OBJETIVIDADE, COMO O BRASIL E O MUNDO LIDAM COM OS PROBLEMAS ASSOCIADOS À URBANIZAÇÃO, À ÁGUA, AO BURACO NA CAMADA DE OZÔNIO E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ENTRE OUTROS. RICAMENTE ILUSTRADO E ACOMPANHADO DE ATIVIDADES ESPECIAIS QUE LEVAM À REFLEXÃO E À FIXAÇÃO DO CONTEÚDO.
11	15	UNID	DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA: COMPOSTO POR 4 VOLUMES + 1 DVD, SENDO: 2 VOLUMES COM MAIS DE 51 MIL VERBETES; 1 VOLUME DO MANUAL DE REDAÇÃO: GUIA PRÁTICO E COMPLETO PARA EVITAR OS ERROS MAIS COMUNS NA COMUNICAÇÃO ESCRITA; 1 VOLUME DE SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS: PALAVRAS SIMILARES OU CONTRARIAS ÀS PALAVRAS PESQUISADAS; 1 DVD COM DICIONÁRIO ELETRÔNICO E JOGOS INTERATIVOS. SISTEMA DE BUSCA POR PALAVRA, POR CLASSE GRAMATICAL OU PESQUISA REVERSA
12	15	UNID	O MINIDICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA: EDITADO A PARTIR DA SELEÇÃO DOS VERBETES E VOCÁBULOS PERTINENTES AO UNIVERSO CULTURAL E LINGUÍSTICO DO ESTUDANTE BRASILEIRO, COM AS PALAVRAS DE MAIOR FREQUÊNCIA EM TEXTO DE VÁRIOS GÊNEROS.
13	15	UNID	DICIONÁRIO BARSÁ DO MEIO AMBIENTE DEFINIÇÕES COMPLETAS E PRECISAS PARA TERMOS ESPECIALIZADOS DAS ÁREAS DE BIOLOGIA, ECOLOGIA, ECONOMIA,



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

			GEOGRAFIA, GEOLOGIA E OUTRAS ÁREAS DE ESTUDO DO MEIO AMBIENTE, ALÉM DE PLANTAS E ANIMAIS BRASILEIROS.
14	500	UNID	LIVRO: A HISTÓRIA DE UM BICHINHO DE PELÚCIA: UMA HISTÓRIA CHEIA DE TERNURA – ILUSTRADA PELO PREMIADO RAFAEL YOCKTENG –, NA QUAL DESCOBRIMOS QUE CADA UM DE NÓS TEM SUAS PRÓPRIAS CARACTERÍSTICAS E QUE É MUITO IMPORTANTE NUNCA NOS ESQUECERMOS DISSO.
15	600	UNID	LIVRO: A JANELA: ALGUÉM ESQUECEU A JANELA ABERTA E O CACHORRO ESCAPOU! MUITOS LUGARES E NOVOS AMIGOS O ESPERAM DO LADO DE FORA, MAS QUANDO SERÁ QUE ELE VOLTA?
16	600	UNID	LIVRO: OS SILÊNCIOS DO SENHOR CORDOLINES: CONVIDA A EMBARCAR EM UMA HISTÓRIA QUE MOSTRA A DESCOBERTA E A BELEZA DA MÚSICA E A SUA IMPORTÂNCIA EM NOSSAS VIDAS. UMA CIDADE RECEBE A VISITA DE TRÊS MÚSICOS ITINERANTES E QUE COM SUA MÚSICA MUDAM COMPLETAMENTE A CIDADE E CADA UM DE SEUS HABITANTES.
17	600	UNID	LIVRO: "MINHA AVÓ, MALUCA", HISTÓRIA SOBRE OS PRIMEIROS PASSOS NO MUNDO DA LEITURA E DA ESCRITA ATRAVÉS DA RELAÇÃO PECULIAR ENTRE UM MENINO TÍMIDO E UMA AVÓ EXCEPCIONAL. GRAÇAS À SUA AVÓ, O MENINO DESENVOLVE AMOR PELOS LIVROS E UMA ESCUTA INTERNA DE SI MESMO E DE SUAS SENSações QUE O LEVAM A DESCOBRIR SUA VERDADEIRA VOCAÇÃO E IDENTIDADE.
18	1200	ACESSO	PLATAFORMA DIGITAL EDUCATIVA COM ATIVIDADES INTERATIVAS DE CONTEÚDO ENCICLOPÉDICO. PARA ALUNOS, PROFESSORES, COORDENADORES E GESTORES COM ACESSO INTEGRAL AOS CONTEÚDOS DE PESQUISAS, FILMES, INTERATIVIDADES, ATLAS, ESTATÍSTICAS, ÁUDIOS, MUSEU, VIRTUAL, TEXTOS ESPECIAIS, ATIVIDADES, ATUALIDADES. SENHAS DE ACESSO EXCLUSIVAS E CRIPTOGRAFADAS.

3 – JUSTIFICATIVA:

O referido material é um subsídio didático muito importante para auxiliar professores e coordenadores no processo de ensino aprendizagem das crianças no município, pois apresenta propostas do ensino com métodos sensoriais, priorizando o manuseio de materiais diversos e a interação entre as crianças.

Faz-se necessário trabalhar de acordo com as necessidades das crianças desde a Educação Infantil, conforme a lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

Os materiais apresentam diversidade, são lúdicos e atrativos para desenvolver os níveis de aprendizagem das crianças matriculadas na Pré-escola (4 a 5 anos) o que facilitará o desenvolvimento integral das crianças.

O material apresenta ainda, a possibilidade para trabalhar de forma individual e em grupos favorecendo a interação dos alunos sem perder a qualidade, podendo subsidiar profissionais de outras áreas.

A Rede Municipal de Ensino de Belém visa prioritariamente um olhar diferenciado para crianças da Educação Infantil, tendo como foco seu desenvolvimento integral nos aspectos físicos, emocionais, sociais e culturais, explorando as interações e brincadeiras como foco do trabalho. O material leva em consideração que a brincadeira é tratada como o trabalho das crianças, a ideia é tornar a aprendizagem divertida de forma contextualizada e dinâmica esta proposta se enquadra perfeitamente nos modelos de ensino aprendizagem do nosso município.

3.1 – OBJETIVOS

Concluimos que eles atendem as teorias apresentadas por Jean Piaget e Lev Vygotsky, grandes teóricos da Educação. A proposta do referido projeto é muito importante para atender também as especificidades da educação inclusiva de acordo com a lei 9394/96 no artigo 58 §2º, Artigo 59 inciso I, Artigo 60 § único e da lei 13. 146 de 06 junho de 2015 nos Artigos 27 e 28 incisos II, V, VI, IX, XV, XVII, que garantem a aplicação da educação inclusiva.

4 – DESTINAÇÃO:

Creches Municipais e Escolas de Ensino Fundamental que atendem a Educação Infantil no Município de Belém/AL.

5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta aquisição, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

O participante deverá comprovar que possui capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total dos itens que venha a vencer.

A fim de compatibilidade do objeto licitado, fica desde já intimado o Vencedor do referido processo, para que no prazo de 10 (dez) dias, apresente amostra do produto.

Comprovar que os produtos estão aprovados pelos órgãos de controle conforme relação abaixo:

Precisa ter resistência e qualidade atestada pelo INNAC com no mínimo as portarias a apresentação dos documentos de Autorização para uso do selo de identificação da conformidade emitido pelo INNAC (Instituto Nacional de Avaliação de Conformidade em Produtos), contendo as informações de data de realização do teste, validade do teste,



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

solicitante e fabricante, associados ao ensaio de produtos / SISTEMA 7 com no mínimo as referências normativas (para cada oficina, jogos, fantoches e canetinhas do descritivo):

- ✓ NBR NM: 300:2002 - Segurança de brinquedos;
- ✓ Portaria Inmetro nº. 481, de 07/12/2010 — ABNT NBR 15236:2012 — ERRATA 1: 2013 Segurança de Artigos Escolares;
- ✓ Portaria Inmetro nº. 321 de 29/10/2009;
- ✓ Portaria Inmetro nº. 108 de 13/06/2005;
- ✓ Portaria 369 de 27/09/2007;

6 – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

O material será entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da Ordem de fornecimento e será recebido pelo Fiscal do Contrato que verificará as características e quantidades dos produtos recebidos com as estabelecidas nesse Termo de Referência e, após essa análise, atestará ou não o recebimento do material.

7 – LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA:

O material será entregue na Secretaria Municipal de Educação, localizada à Avenida Prefeito José Cícero Santa Rosa, S/N, Centro, Belém/AL, de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

8 – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE:

O material será recebido pelo Fiscal do contrato que verificará as características e quantidade dos produtos, comparando-as com as estabelecidas nesse Termo de Referência e, após essa análise, aceitará ou não o recebimento do objeto.

9 – PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA:

O material deve ser entregue conforme as especificações exigidas, sendo qualquer característica adversa motivo para o cancelamento do contrato.

10 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da contratada, além de outras previstas neste TR e na legislação pertinente:

1. Entregar o material na Secretaria Municipal de Educação, no endereço acima especificado.
2. Responsabilizar-se pela entrega do material e por toda despesa referente a sua realização.
3. Substituir as suas expensas no total ou em parte, o material fornecido à Prefeitura Municipal de Belém/AL, em casos de incorreções decorrentes de fabricação, transporte indevido e/ou inobservância das especificações exigidas.
4. Obedecer às características do material, especificadas nesse Termo de Referência.
5. Responder por todos os ônus referentes à entrega do material ora contratado, desde os salários dos seus empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o contrato resultante desse Termo de Referência.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

6. Responder pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a **CONTRATANTE**, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da **CONTRATADA** ou de quem em seu nome agir.
7. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega do objeto do presente Termo de Referência.
8. Responsabilizar-se pelo pagamento de qualquer despesa relacionada ao objeto do presente Termo de Referência.
9. Não subcontratar o todo, nem em parte o objeto do presente Termo.
10. Assinar o contrato resultante desse termo de Referência no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação por parte da administração, sob pena de decair o direito à contratação e submeter-se às cominações legais.

11 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da contratante, além de outras previstas neste TR e na legislação pertinente:

1. Emitir empenho.
2. Realizar rigorosa conferência das características dos produtos recebidos, através do Gestor do Contrato.
3. Efetuar o pagamento após a entrega total do material, de acordo com a apresentação das Notas Fiscais.

12 – CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTOS:

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos produtos, mediante a apresentação das Notas Fiscais devidamente atestadas pelo (a) Gestor (a) do contrato resultante desse Termo de Referência.

13 – SANÇÕES:

O descumprimento total ou parcial das cláusulas do contrato resultante desse TR acarretará a aplicação das penalidades previstas na legislação que trata dos Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666/93 e alterações)

14 – PRAZO E VIGÊNCIA CONTRATUAL:

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses após a emissão da 1ª ordem de fornecimento.

15 – FISCAL DO CONTRATO:

Indica-se como Fiscal do Contrato resultante desse Termo de Referência o(a) **Senhor**

_____, **Cargo:** _____
desta municipalidade, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, **Matricula** _____, que terá as seguintes atribuições:

1. Acompanhamento técnico da execução – fiscalizar a execução do contrato quanto a qualidade desejada.
2. Comunicar a **CONTRATADA** sobre descumprimento do contrato e indicar os



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

procedimentos necessários ao seu correto cumprimento.

3. Solicitar da Administração a aplicação de penalidade por descumprimento de cláusulas contratuais.

4. Fornece atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

5. Emitir Parecer de Aprovação sobre os produtos.

16 – CONDIÇÕES GERAIS:

O procedimento para a aquisição do material, objetivo desse Termo de Referência, além de obedecer ao que foi estabelecido no presente documento também está sujeito ao que a legislação pertinente determinar.

Belém/AL, 30 de maio de 2022.

SUELLEN THAÍS PINHEIRO BARBOSA
Secretária Municipal de Educação



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

ANEXO II

DECLARAÇÕES EM GERAL

A empresa inscrita no CNPJ nº
estabelecida na por intermédio do seu representante legal abaixo
assinado, **DECLARA** sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei:

- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, onde na presente data, enquadra-se como: (...**MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 ou **COOPERATIVA**, conforme art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007...);
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade, ____ de _____ de 2022.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação,
com identificação completa)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

ANEXO III
(modelo de)
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(**Identificação completa do representante da empresa licitante**), como representante devidamente constituído de (**Identificação completa da empresa licitante**) doravante denominado (**Licitante**), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar da presente licitação, **foi elaborada** de maneira independente pela empresa (**Nome da empresa Licitante**), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, desta licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Setor de Licitações do município de Belém - Alagoas, antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade, ____ de _____ de 2022.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação,
com identificação completa)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ---/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ---/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ---/2022

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado, **MUNICÍPIO DE BELÉM**, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.227.641/0001-62, com sede na Rua do Comércio, S/N, Centro, Belém, Alagoas, neste ato representado por sua representante legal Sr^a. **ANA PAULA ANTERO SANTA ROSA BARBOSA**, inscrita no RG 1294828 SSP/AL, CPF/MF nº 027.851.274-71, residente e domiciliada na Fazenda São Miguel, Zona Rural, Belém/AL, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº ---/2022, Processo Administrativo nº ---/2021, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital, nos moldes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, especificado no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº ---/2022, que é parte integrante da Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA:							
CNPJ:		TELEFONE:		E-MAIL:			
ENDEREÇO:							
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QNT	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	

VALOR TOTAL DA ARP: XXXXXXXXXX



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

- 3.1. O órgão gerenciador da Ata é a Secretaria Municipal de Educação de Belém/AL
- 3.2. São Órgãos Participantes:
- a) Não existem órgãos participantes.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente **ARP**, durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuência do órgão gerenciador, de acordo com o Decreto nº 7.892/13.

5. DA VALIDADE DA ATA

- 5.1. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

6. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

- 6.1. O material será entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da Ordem de fornecimento e será recebido pelo Fiscal do Contrato que verificará as características e quantidades dos produtos recebidos com as estabelecidas nesse Termo de Referência e, após essa análise, atestará ou não o recebimento do material.

7. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA:

- 7.1. O material será entregue na Secretaria Municipal de Educação, localizada à Avenida Prefeito José Cícero Santa Rosa, S/N, Centro, Belém/AL, de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

8. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE:

- 8.1. O material será recebido pelo Fiscal do contrato que verificará as características e quantidade dos produtos, comparando-as com as estabelecidas nesse Termo de Referência e, após essa análise, aceitará ou não o recebimento do objeto.

9. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA:

- 9.1. O material deve ser entregue conforme as especificações exigidas, sendo qualquer característica adversa motivo para o cancelamento do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Constituem obrigações da contratada, além de outras previstas neste TR e na legislação pertinente:
- 10.1.1. Entregar o material na Secretaria Municipal de Educação, no endereço acima especificado.
- 10.1.2. Responsabilizar-se pela entrega do material e por toda despesa referente a sua realização.
- 10.1.3. Substituir as suas expensas no total ou em parte, o material fornecido à Prefeitura Municipal de Belém/AL, em casos de incorreções decorrentes de fabricação, transporte indevido e/ou inobservância das especificações exigidas.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

- 10.1.4. Obedecer às características do material, especificadas nesse Termo de Referência.
- 10.1.5. Responder por todos os ônus referentes à entrega do material ora contratado, desde os salários dos seus empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o contrato resultante desse Termo de Referência.
- 10.1.6. Responder pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a **CONTRATANTE**, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da **CONTRATADA** ou de quem em seu nome agir.
- 10.1.7. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega do objeto do presente Termo de Referência.
- 10.1.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de qualquer despesa relacionada ao objeto do presente Termo de Referência.
- 10.1.9. Não subcontratar o todo, nem em parte o objeto do presente Termo.
- 10.1.10. Assinar o contrato resultante desse termo de Referência no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação por parte da administração, sob pena de decair o direito à contratação e submeter-se às cominações legais.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 11.1. Constituem obrigações da contratante, além de outras previstas neste TR e na legislação pertinente:
- 11.1.1. Emitir empenho.
- 11.1.2. Realizar rigorosa conferência das características dos produtos recebidos, através do Gestor do Contrato.
- 11.1.3. Efetuar o pagamento após a entrega total do material, de acordo com a apresentação das Notas Fiscais.

12. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTOS:

- 12.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos produtos, mediante a apresentação das Notas Fiscais devidamente atestadas pelo (a) Gestor (a) do contrato resultante desse Termo de Referência.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.5. cometer fraude fiscal;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;

13.2.3. multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5 e 13.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do município e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14 DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, a qual, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo Órgão Gerenciador e fornecedor e encaminhada, por cópia, aos Órgãos Participantes.

Belém -Alagoas, --- de ----- de 2022.

.....
MUNICÍPIO DE BELÉM/AL
ÓRGÃO GERENCIADOR
ANA PAULA ANTERO SANTA ROSA BARBOSA
PREFEITA MUNICIPAL DE BELÉM/AL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fornecedor

XXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

ANEXO V

CONTRATO Nº ---/2022

TERMO DE CONTRATO Nº ---/2022, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA DE BELÉM/AL E A EMPRESA ---
----- PARA A AQUISIÇÃO DE BENS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELÉM, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.227.641/0001-62, com sede na Rua do Comércio, S/N, Centro, Belém, Alagoas, neste ato representado por sua representante legal Srª. **ANA PAULA ANTERO SANTA ROSA BARBOSA**, inscrita no RG 1294828 SSP/AL, CPF/MF nº 027.851.274-71, residente e domiciliada na Fazenda São Miguel, Zona Rural, Belém/AL;

CONTRATADA: A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), estabelecida na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXX, situada a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº xxxx, bairro xxxxxx, neste Município, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) do CPF nº xxxxxxxxxxxxxx e Cédula de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

As **CONTRATANTES**, nos termos do Processo nº (...) e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente Termo de Contrato, decorrente do Edital do Pregão Eletrônico nº (...)/(20...), mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do Termo de Contrato é a aquisição de (...), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. O Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto:

Item	Quant. Licitada	Descrição do Item	Marca	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01						



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

02						
----	--	--	--	--	--	--

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A contratação tem prazo de vigência até **31 de dezembro do corrente ano**, contado da data da sua assinatura, devendo ser publicado extrato contratual na imprensa oficial.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor global deste contrato é de R\$ (...) (...por extenso...).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Contratante, para o exercício financeiro de 2022, na classificação abaixo: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

5.1. O material será entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da Ordem de fornecimento e será recebido pelo Fiscal do Contrato que verificará as características e quantidades dos produtos recebidos com as estabelecidas nesse Termo de Referência e, após essa análise, atestará ou não o recebimento do material.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA:

6.1. O material será entregue na Secretaria Municipal de Educação, localizada à Avenida Prefeito José Cícero Santa Rosa, S/N, Centro, Belém/AL, de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE:

7.1. O material será recebido pelo Fiscal do contrato que verificará as características e quantidade dos produtos, comparando-as com as estabelecidas nesse Termo de Referência e, após essa análise, aceitará ou não o recebimento do objeto.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA:

8.1. O material deve ser entregue conforme as especificações exigidas, sendo qualquer característica adversa motivo para o cancelamento do contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações da contratada, além de outras previstas neste TR e na legislação pertinente:

9.1.1. Entregar o material na Secretaria Municipal de Educação, no endereço acima especificado.

9.1.2. Responsabilizar-se pela entrega do material e por toda despesa referente a sua realização.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

9.1.3. Substituir as suas expensas no total ou em parte, o material fornecido à Prefeitura Municipal de Belém/AL, em casos de incorreções decorrentes de fabricação, transporte indevido e/ou inobservância das especificações exigidas.

9.1.4. Obedecer às características do material, especificadas nesse Termo de Referência.

9.1.5. Responder por todos os ônus referentes à entrega do material ora contratado, desde os salários dos seus empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o contrato resultante desse Termo de Referência.

9.1.6. Responder pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a **CONTRATANTE**, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da **CONTRATADA** ou de quem em seu nome agir.

9.1.7. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega do objeto do presente Termo de Referência.

9.1.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de qualquer despesa relacionada ao objeto do presente Termo de Referência.

9.1.9. Não subcontratar o todo, nem em parte o objeto do presente Termo.

9.1.10. Assinar o contrato resultante desse termo de Referência no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação por parte da administração, sob pena de decair o direito à contratação e submeter-se às cominações legais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. Constituem obrigações da contratante, além de outras previstas neste TR e na legislação pertinente:

10.1.1. Emitir empenho.

10.1.2. Realizar rigorosa conferência das características dos produtos recebidos, através do Gestor do Contrato.

10.1.3. Efetuar o pagamento após a entrega total do material, de acordo com a apresentação das Notas Fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTOS:

11.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos produtos, mediante a apresentação das Notas Fiscais devidamente atestadas pelo (a) Gestor (a) do contrato resultante desse Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.7.1. Eventual alteração de preços em decorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato só será examinada mediante apresentação de documentos que comprovem, de forma inequívoca, a alteração da relação encargos/retribuição inicialmente pactuada.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;

13.2.3. multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

13.2.5.suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5 e 13.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1.tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2.tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3.demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do município e cobrados judicialmente.

13.6.1.Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O Termo de Contrato poderá ser rescindido:

14.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato;

14.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS VEDAÇÕES

15.1. É vedado à CONTRATADA:

15.1.1. Caucionar ou utilizar o Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Contrato.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - CNPJ: 12.227.641/0001-62
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações – CPL

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do Termo de Contrato, por extrato, na imprensa oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. É eleito o Foro da Comarca do Município de Taquarana/AL para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Belém - Alagoas, -- de -----de 2022.

MUNICÍPIO DE BELÉM

Contratante

ANA PAULA ANTERO SANTA ROSA BARBOSA

Prefeita

SECRETARIA MUNICIPAL DE [...]

Interveniente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário(a)

EMPRESA [Razão Social da Empresa]

Contratada

Representante legal: [nome completo]

Cargo

Instrumento de outorga de poderes [procuração/contrato social/estatuto social]